



Questões das Provas da Magistratura referentes à matéria de Direito Administrativo

Prova de 13 de outubro de 2002

1ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

A responsabilidade civil da Administração Pública

- a) é objetiva, como regra geral da Teoria do risco administrativo;
- b) é objetiva, como regra geral da Teoria do risco integral;
- c) não se exclui se houver culpa integral da vítima;
- d) depende de dolo ou culpa do agente da administração, cabendo à vítima o ônus da prova;
- e) depende de dolo ou culpa do agente público, não cabendo à vítima o ônus da prova.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

Na administração particular é permitido fazer tudo o que a lei não proíbe, na administração pública é permitido fazer o que a lei autoriza, regra esta que compõe o princípio básico da:

- a) legalidade;
- b) impessoalidade;
- c) imperatividade;
- d) moralidade;
- e) finalidade.

3ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) É legítimo o provimento de cargos públicos mediante aproveitamento, transformação,



acesso ou ascensão funcional;

b) o direito de greve do servidor público será previsto em lei complementar;

c) nos termos da Constituição Federal a estabilidade no cargo público adquire-se após (2) DOIS anos de efetivo exercício ;

d) a disponibilidade do servidor, dar-se-á com subsídios integrais;

e) o servidor estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo, garantido o exercício da ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

4ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

O prazo, para a administração anular os seus atos de que decorram efeitos favoráveis para o destinatário:

a) é de decadência e se consuma em (5) cinco anos, salvo se houver boa fé deste;

b) é de decadência e se consuma em dois (2) dois anos, desde que o administrado não tenha agido de má-fé;

c) não é de decadência e se consuma em (5) cinco anos, da data em que foram praticados , salvo comprovada má-fé;

d) é de decadência e se consuma em cinco (5) anos, da data em que foram praticados, salvo comprovada má fé;

e) a administração a qualquer tempo pode rever seus atos, anulando os que contrariarem a lei ou revogando-os por inconveniência ou oportunidade.

5ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

A polícia administrativa da ordem pública

a) é atividade sempre vinculada quanto aos motivos;

b) é atividade vinculada quanto à finalidade objeto e forma ;



- c) é atividade, totalmente, discricionária ;
- d) é atividade discricionária quanto à competência e motivos;
- e) é atividade inteiramente vinculada.

6ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

A AUTARQUIA é:

- a) uma entidade administrativa autônoma, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, com patrimônio próprio e finalidade especial;
- b) uma entidade administrativa autônoma, criada por ato de vontade da pessoa política interessada, com patrimônio próprio e atribuições específicas;
- c) uma entidade administrativa, gozando de autonomia relativa, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio próprio e atribuições fixadas pelo decreto que lhe definir os limites de atuação;
- d) uma entidade administrativa autônoma, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, com patrimônio próprio, destinada a exercer qualquer atividade administrativa ou econômica;
- e) é uma entidade administrativa autônoma, de Direito Privado, com patrimônio próprio, criada por lei, destinada a exercer atividades industriais e comerciais .

7ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

O servidor público só é estável:

- a) após dois (2) anos de efetivo exercício, mas pode perder o cargo para redução de despesas da administração.
- b) após (2) dois anos de efetivo exercício, e só pode perder o cargo por motivo de sentença judicial transitada em julgado, ou de comprovada infração ou insuficiência funcional ;



- c) após três (3) anos de efetivo exercício, e só pode perder o cargo, por motivo de sentença judicial transitada em julgado, por infração ou insuficiência funcional;
- d) após (3) três anos de efetivo exercício, e pode perder o cargo, por motivo de infração ou insuficiência funcional ou para redução de despesas;
- e) nenhuma das alternativas é correta.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07
A	A	E	D	A	A	D

Prova de 27 de abril de 2003

1ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre Processo Administrativo Disciplinar:

- a) São fases do processo administrativo disciplinar: instrução, defesa e relatório.
- b) O princípio da ampla defesa é observado.
- c) A demissão e a repreensão constituem penalidades aplicáveis.
- d) A suspensão não é pena que pode ser imposta.
- e) No processo administrativo disciplinar é facultada a presença de advogado.

2ª Questão: Pertinente à função pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A investidura em cargo público depende de concurso.
- b) Estabilidade e vitaliciedade não são a mesma coisa.
- c) O estágio probatório, constitucionalmente, não necessita ser efetivo.
- d) Demissão e exoneração são institutos diversos.
- e) O estágio probatório se completa em 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo.

3ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da Teoria do Ato



Administrativo:

- a) O controle dos atos administrativos é exercido também pelo Poder Judiciário.
- b) Os atos administrativos, quando editados, trazem em si a presunção de legitimidade.
- c) Denomina-se eficácia a idoneidade que tem o ato administrativo para produzir seus efeitos.
- d) A licença para exercer determinada profissão regulamentada por lei, é ato administrativo vinculado. e) O exame do ato administrativo revela a existência dos seguintes requisitos: competência, finalidade, motivo, publicidade e objeto.

4ª Questão: Assinale a alternativa **correta**, no que respeita aos Princípios da Administração Pública:

- a) A Emenda Constitucional nº 19/98, relativa à Reforma Administrativa do Estado, não introduziu, no art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio da eficiência.
- b) Os princípios administrativos informam todo o modo de agir da Administração Pública.
- c) O princípio da razoabilidade está expresso na Constituição da República Federativa do Brasil.
- d) O princípio da continuidade dos serviços públicos não mostra a preocupação de paralisar as obras e serviços públicos.
- e) O princípio da continuidade do serviço público não guarda qualquer pertinência com o princípio da supremacia do interesse público.

5ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) No exercício do poder de polícia, pode a Administração Pública executar prerrogativas que sobrelevem o interesse público.
- b) No exercício do poder de polícia, pode a Administração Pública intervir na proteção



dos interesses coletivos.

- c) A expressão poder de polícia (*police power*) ingressou pela primeira vez na terminologia legal, no caso Maryland, da Corte Suprema dos Estados Unidos.
- d) A polícia de trânsito, a polícia ambiental e a polícia de construções não estão inseridas no conceito de poder de polícia.
- e) No exercício do poder de polícia, pode a Administração Pública exercer a fiscalização de forma preventiva e/ou repressiva.

6ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** no que tange aos Atos de Improbidade Administrativa:

- a) Podem resultar na perda da função pública e suspensão dos direitos políticos.
- b) Estão regulamentados na Lei n.º 8.429/92 e são atacados mediante ação civil e penal, acarretando efeitos em ambas as esferas.
- c) O juiz, na concretização da lei, deverá considerar a "extensão do dano" ao patrimônio público e o "proveito patrimonial do agente".
- d) A prova apurada na esfera criminal não é passível de análise na área civil.
- e) Atos de improbidade administrativa acarretam, se comprovados, via de regra, enriquecimento ilícito.

7ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação aos temas Administração Pública e Servidor Público:

- a) A Administração Pública é regida pelos princípios catalogados no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.
- b) A atividade administrativa deve orientar-se no sentido de atingir o interesse público.
- c) A proibição de acumulação de cargos é uma regra constitucional, embora admita certas exceções.
- d) O Estado, ao ensejar oportunidade de ingresso em seus quadros mediante concurso, não deve estar atento aos requisitos capacidade e idoneidade do candidato.



e) O princípio da eficiência constitucional alcança todas as atividades estatais, inclusive a eficiência na carreira do magistrado.

Prova de 15 de fevereiro de 2004

1ª Questão: De acordo com os princípios de direito administrativo, assinale a alternativa que contém a assertiva **correta**:

- a) A competência administrativa para prática de ato é intransferível e improrrogável.
- b) A competência administrativa pode ser transferível e prorrogável em função da vontade das partes.
- c) A competência administrativa é essencial para validade do ato discricionário, sendo, contudo, dispensável para prática de ato vinculado.
- d) A competência administrativa é essencial para validade do ato vinculado, sendo, contudo, dispensável para prática de ato discricionário.
- e) Nenhuma das anteriores.

2ª Questão: Assinale a alternativa que contém a modalidade de licitação que ocorre entre os interessados previamente cadastrados:

- a) Concorrência.
- b) Convite.
- c) Tomada de preços.
- d) Leilão.
- e) Nenhuma das anteriores.

3ª Questão: Qual das características abaixo diferencia o contrato administrativo dos demais contratos regulados pelo direito:



- a) Pode ser aditado a qualquer tempo pelos contratantes.
- b) Tem objetivo assegurar o funcionamento de um serviço público.
- c) Pode ser fiscalizado na sua execução.
- d) Pode ser rescindido por qualquer das partes por infração contratual.
- e) Submete-se ao regime jurídico de direito privado.

4ª Questão: À luz do direito administrativo, enumere os entes contidos na 1ª coluna em relação às características constantes da 2ª , assinalando a alternativa que contém a opção **correta**:

- | | |
|---------------------------------|----------------------------|
| (1) autarquia | () capital estatal |
| (2) sociedade de economia mista | () substrato personativo |
| (3) corporação | () autoadministração |
| (4) empresa pública | () admite capital privado |

- a) 4; 3; 1; 2.
- b) 3; 2; 1; 4.
- c) 2; 4; 3; 1.
- d) 2; 3; 4; 1.
- e) 4; 1; 3; 2.

5ª Questão: No que tange ao controle do ato administrativo pelo Poder Judiciário, à luz do direito administrativo ao juiz é vedado pronunciar-se quanto:

- a) Finalidade do ato.
- b) Competência para praticá-lo.
- c) Forma do ato.
- d) Conveniência do ato.
- e) Legalidade.



GABARITO

01	02	03	04	05
A	C	B	A	D

Prova de 2006

1ª Questão: A respeito dos Convênios Administrativos diz-se:

- I. São acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes.
- II. Convênio é acordo, mas não é contrato.
- III. A Constituição de 1988 não se refere nominadamente a convênios, mas não impede sua formação como instrumento de associação cooperativa.
- IV. A Lei n.º 8.666/93 determina a incidência de seus dispositivos, no que couber, a todos os convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos ou entidades da Administração.
- V. O STF vem decidindo que é inconstitucional a norma que exige autorização legislativa, por ferir a independência dos Poderes.
- a) Só a proposição III é incorreta.
- b) Só as proposições I e V estão corretas.
- c) Só a proposição V é correta.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

2ª Questão: Sobre Poderes Administrativos pode-se afirmar:

- I. Poder vinculado é aquele que o Direito Positivo – a lei – confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os requisitos necessários à sua formalização.



II. Poder discricionário é o que o Direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.

III. O poder hierárquico tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativa, no âmbito interno da Administração Pública.

IV. Toda condenação criminal por delito funcional acarreta a punição disciplinar, mas nem toda falta administrativa exige sanção penal.

- a) Somente a proposição I é incorreta.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Todas as proposições estão incorretas.
- d) Somente a proposição I é correta.
- e) Nenhuma das alternativas.

3ª Questão: São cláusulas necessárias em todo contrato decorrente da Lei n.º 8.666/93:

I. O objeto e seus elementos característicos.

II. Os casos de rescisão.

III. Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.

IV. O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.

V. O regime de execução e a forma de fornecimento.

- a) As proposições I, II, III e IV estão corretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) As proposições II, III e V estão incorretas.
- d) Só a proposição III é incorreta.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

4ª Questão: Segundo as normas gerais da Administração Pública:



I. A Administração pode desfazer seus próprios atos por considerações de mérito e de ilegalidade, ao passo que o Judiciário só os pode invalidar quando ilegais.

II. A revogação é o desfazimento do ato por motivo de conveniência ou oportunidade da Administração.

III. Decreto independente ou autônomo é o que dispõe sobre matéria regulada especificamente em lei.

IV. Os efeitos da anulação dos atos administrativos sempre retroagem às suas origens, invalidando, sem exceção, as conseqüências passadas, presente e futuras.

- a) Só a proposição II é correta.
- b) Todas as proposições são corretas.
- c) Só a proposição I é correta.
- d) Somente as proposições I e II estão corretas.
- e) Todas as proposições são incorretas.

5ª Questão: Segundo a Lei de Licitações e Contratos Administrativos é INCORRETO afirmar.

É dispensável a licitação:

- a) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- b) Na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
- c) Na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- d) Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.



e) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

GABARITO:

01	02	03	04	05
A	B	B	D	E

Prova - Agosto de 2007

1ª Questão: A licitação pública é dispensável, nos termos da Lei n. 8.666/93, em sua redação atual:

- a) Na celebração de contrato de programa com ente da Federação para prestação de serviços públicos de forma associada, nos termos do autorizado em contrato de consórcio público.
- b) Para aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- c) Para aquisição de bens ou serviços por intermédio de organização internacional.
- d) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica ou pela opinião pública.
- e) Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.

2ª Questão: Acerca das entidades que compõem a Administração Pública é **correto** afirmar:

- a) As sociedades de economia mista somente poderão ser instituídas para exploração de atividade econômica pelo Estado, quando necessária aos imperativos da segurança



nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

- b) As empresas públicas criadas para o desempenho de atividade econômica relevante poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
- c) Somente por lei específica poderá ser criada empresa pública incumbida da prestação de serviços públicos.
- d) Compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que sociedade de economia mista federal for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência, acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- e) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

3ª Questão: A utilização coativa da propriedade particular pela Administração, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano, prevista como forma de intervenção do Estado na propriedade na Constituição da República, é instituto denominado:

- a) Encampação.
- b) Ocupação Temporária.
- c) Desapropriação.
- d) Retrocessão.
- e) Requisição.

4ª Questão: Considere as seguintes assertivas:



- I. A descentralização administrativa por outorga ocorre quando o Estado cria uma entidade com personalidade jurídica própria e lhe transfere, por lei, a titularidade e a execução de determinado serviço público ou de utilidade pública.
- II. Existe descentralização quando as atividades são distribuídas de um centro para setores periféricos, dentro da mesma entidade.
- III. A instituição de uma Secretaria de Estado constitui exemplo típico de descentralização administrativa.
- IV. Extinto contrato administrativo de concessão de serviço público, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, o que autoriza a ocupação das instalações e a utilização de todos os bens reversíveis.

De acordo com a teoria dos serviços públicos, Está (ão) **correta (s)**:

- a) Apenas a assertiva II.
- b) Apenas as assertivas I e IV.
- c) Apenas a assertiva III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Apenas as assertivas II e III.

5ª Questão: O uso de terrenos públicos, remunerado ou gratuito, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social, é denominado:

- a) Permissão de uso de bem público.
- b) Concessão de uso de bem público.
- c) Arrendamento.
- d) Concessão de direito real de uso.
- e) Autorização de uso de bem público.

GABARITO:

01	02	03	04	05
-----------	-----------	-----------	-----------	-----------



A	E	E	B	D
---	---	---	---	---

Prova – Junho de 2008

1ª Questão: Observadas as proposições abaixo, referentes ao instituto da desapropriação, assinale a alternativa **correta**:

- I. Cada ente federado, na sua esfera, tem competência para legislar sobre desapropriação.
 - II. A ação desapropriatória e a ação desapropriatória indireta prescrevem em cinco anos.
 - III. São suscetíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, a grande propriedade rural e a propriedade produtiva.
- a) Somente a proposição I é correta
 - b) Somente as proposições I e II são corretas
 - c) Todas as proposições são incorretas
 - d) Todas as proposições são corretas
 - e) Somente a proposição II é correta

2ª Questão: Observadas as proposições abaixo, referentes aos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**:

- I. Podem ser revogados por conveniência e oportunidade.
 - II. Podem ser anulados por ilegalidade.
 - III. Podem ser revogados pelo agente que o praticou ou por seu superior hierárquico.
 - IV. Podem ser anulados pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário.
- a) Somente a proposição III é incorreta
 - b) Todas as proposições são incorretas
 - c) Somente as proposições I e II são corretas
 - d) Somente as proposições III e IV são corretas
 - e) Todas as proposições são corretas



3ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A definição dada pela legislação específica para permissão é: “a delegação a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.”
- b) Concessão de direito real de uso é entendida como o contrato pelo qual a Administração Pública transfere ao particular o uso, como direito real resolúvel, remunerada ou gratuitamente, de terreno público, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo, ou outra utilização de interesse social.
- c) A definição dada pela legislação específica para concessão de serviço público é: “a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, por prazo indeterminado.”
- d) A lei n.º 8.987/95 arrola as formas de extinção da concessão: advento do termo contratual;
encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.
- e) Concessão de obra pública consiste na modalidade de concessão em que o objeto é a realização de obra, a qual será remunerada por meio da exploração do serviço público.

4ª Questão: Em relação à LICITAÇÃO, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. A Constituição acolheu a presunção (absoluta) de que prévia licitação produz a



melhor contratação – entendida como aquela que assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância do princípio da isonomia.

II. A contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a atuação administrativa.

III. A contratação direta não é modalidade de atividade administrativa imune à incidência do princípio da isonomia.

IV. É inexigível a licitação quando a disputa for inviável. Havendo viabilidade de disputa é obrigatória a licitação, excetuados os casos de “dispensa” impostos em lei.

- a) Somente a proposição I é incorreta.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Todas as proposições estão incorretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Somente a proposição I é correta.

5ª Questão: Sobre os princípios normativos da Administração Pública, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. O princípio da legalidade vincula a Administração aos mandamentos da lei (Estado de Direito). Em todos os Estados contemporâneos se admite que a Administração está vinculada pela regra de Direito.

II. A moralidade administrativa consiste na lisura ou na exação nas práticas administrativas, pois, a presunção de fim legal equivale à presunção de moralidade.

III. Os princípios da razoabilidade e proporcionalidade encontram-se implícitos na Constituição Federal e ganham relevância cada dia no estudo da atividade administrativa, embora hoje eles se estendam a outras áreas do Direito.

IV. O princípio da eficiência assegura a todos igualdade perante a lei, compreendida esta como equiparação de todos os homens no que concerne ao gozo e à fruição de direitos.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.



- c) Somente as proposições I e II estão corretas.
- d) Todas as proposições estão incorretas.
- e) Somente a proposição II está correta.

GABARITO:

01	02	03	04	05
C	E	C	D	A

PROVA DE 2010

93ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** É possível, antes de uma ação desapropriatória, o Poder Público e o proprietário acordarem sobre o preço do bem imóvel.
 - II.** Tendo a alienação do bem se consumado por meio de negócio jurídico bilateral e amigável, este acordo suprirá, *in specie*, o caráter de coercitividade de que se reveste a desapropriação, prevalecendo a natureza jurídica negocial e a teoria da autonomia da vontade.
 - III.** As desapropriações podem recair sobre bens móveis e imóveis tanto da pessoa física como jurídica, pública ou privada.
 - IV.** O procedimento da desapropriação possui somente a fase declaratória.
 - V.** Havendo muita pressa na desapropriação, alegada pela Administração Pública, o juiz pode negar a imissão provisória na posse, mesmo quando já depositada a quantia arbitrada.
- a) Somente as proposições I e III estão incorretas.
 - b) Somente as proposições II e V estão incorretas.
 - c) Somente as proposições I e IV estão incorretas.



- d) Somente as proposições IV e V estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

94ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Uma das características dos contratos administrativos é a presença de cláusulas exorbitantes, justificadas pela supremacia do interesse público sobre o particular.
- II. Nos contratos administrativos não é possível a rescisão unilateral.
- III. A rescisão de um contrato administrativo pode ser judicial e administrativa, mas não amigável.
- IV. Os contratos de obras ocorrem quando o objeto pactuado consiste em construção (ex.: viaduto) ou reforma (ex.: prédio público) de bens considerados públicos.
- V. Os contratos privados geralmente traduzem um conjunto de direitos e obrigações em relação aos quais as partes se situam no mesmo plano jurídico, sem supremacia de uma sobre a outra.

- a) Somente as proposições III, IV e V são corretas.
- b) Somente as proposições II, III e V são corretas.
- c) Somente as proposições I, IV e V são corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV são corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

95ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Todos os institutos de Direito Administrativo são informados pelos respectivos princípios.
- II. Os princípios que regem a Administração Pública são os expressos, embora certas diretrizes fundamentais sejam consideradas válidas, já que baseadas em princípios implícitos ou reconhecidos, conforme a doutrina e a jurisprudência.
- III. Uma ação indenizatória decorrente de uma colisão de veículos e que tramita há 15 anos no Judiciário não fere os princípios da razoabilidade e o da segurança jurídica.



IV. A Administração Pública deve ser regida segundo padrões éticos de probidade e decoro, embora possa dispensar que a atividade administrativa seja adequada entre os meios e os fins.

V. O princípio da autotutela significa que a Administração Pública pode, por si só, revogar seus atos, invocando motivos de conveniência e oportunidade, sem necessitar recorrer ao Judiciário.

- a) Somente as proposições I, III e IV são corretas.
- b) Somente as proposições I, II e V são corretas.
- c) Somente as proposições III, IV e V são corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV são corretas.
- e) Somente as proposições II, IV e V são corretas.

96ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. O ato administrativo discricionário, sendo motivado com a eiva da ilegalidade ou eivado de abuso de poder, pode ser revisto e/ou anulado pelo Poder Judiciário.

II. Dentre os atributos dos atos administrativos encontram-se a presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade, características estas que não os diferenciam dos demais atos jurídicos.

III. O procedimento administrativo é constituído de fases, sob o domínio da legalidade, isto é, atendendo ao princípio do devido processo legal.

IV. A teoria dos motivos determinantes, desenvolvida no Direito francês, refere-se à indispensável correspondência dos motivos com a realidade fática.

V. Convalidar um ato administrativo significa que a Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade.

- a) Somente as proposições I, II e V estão incorretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições II, IV e V estão incorretas.



- d) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- e) Somente as proposições I e V estão incorretas.

97ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Provimento é o ato pelo qual o servidor é investido no exercício do cargo, emprego ou função, sendo que o provimento acontece de forma originária ou derivada.
- II. A investidura em cargo público sempre depende de concurso de provas e títulos e com prazo de validade de dois anos, tudo na forma prevista em lei.
- III. A acumulação remunerada de cargos públicos é vedada, não abrindo a Constituição da República qualquer exceção.
- IV. A Constituição da República prevê apenas dois tipos de aposentadoria aos ocupantes de cargo público efetivo, ou seja, a compulsória e a voluntária.
- V. Por agente público, no Direito Administrativo Brasileiro, entende-se “servidor público”, “empregado público” e “funcionário público”, que são as pessoas legalmente investidas em cargo público.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições III, IV e V estão incorretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições IV e V estão incorretas.
- e) Somente as proposições I, II e V estão incorretas.

98ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. Na responsabilidade civil objetiva cabe à Administração Pública defender-se provando a inexistência do fato administrativo, a inexistência do dano ou a ausência do nexo causal entre o fato e o dano.
- II. A reparação do dano ao lesado deve ser a mais ampla possível, constituindo-se no prejuízo que sofreu, não se incluindo aí as despesas que foi obrigado a fazer e, também,



os juros de mora e honorários.

III. Ao Município é assegurado o direito de regresso, fato não previsto na Constituição da República, quando o agente público é responsável pelo dano, por ter agido com dolo ou manifesta culpa.

IV. O ressarcimento de uma lesão causada pelo representante do Estado a um particular pode ser na via administrativa, como fruto de acordo entre as partes.

V. A responsabilidade do servidor público pode ser civil, penal e disciplinar, sendo correto afirmar, ainda, que ele pode sofrer os três tipos de sanção, sem violar a regra do *non bis in idem*.

a) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.

b) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

c) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.

d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

99ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. O processo administrativo cria no espírito do servidor um clima de desconfiança, mesmo que ele se defenda do modo mais amplo possível, fato que legitima e prestigia a Administração Pública.

II. Além dos princípios gerais do processo judicial, o processo administrativo possui princípios típicos e próprios.

III. Processo administrativo e sindicância administrativa são meios utilizados pela Administração Pública para apurar ocorrências anômalas no serviço público, não podendo haver processo sem sindicância.

IV. A regra do *non bis in idem* no direito disciplinar significa:

1. que pela mesma falta o servidor pode sofrer duas sanções da mesma natureza;

2. que o servidor não pode sofrer uma, por 13 dias, em decorrência da mesma falta.

V. A verdade sabida é meio sumário para aplicar uma pena, porém deixou de ser



admitida em nosso ordenamento jurídico em virtude do princípio do contraditório e da ampla defesa.

- a) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I e V estão corretas.

100ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. Revogação de ato praticado pela Administração Pública é a mesma coisa que anulação, embora a primeira possua efeitos que não retroagem (*ex nunc*) e a segunda possua efeitos que retroagem (*ex tunc*); aliás a anulação só pode ser feita pelo Judiciário.

II. Caracterizam o desvio de poder:

- 1. motivação do ato administrativo contra-ditório com suas consequências;
- 2. inadequação entre motivos e efeitos;
- 3. irracionalidade do procedimento desvirtuada da edição do ato administrativo.

III. O ato administrativo pode ser inquinado de vício de legalidade, podendo, assim, ser anulado somente pelo Judiciário.

IV. O exame de ato administrativo revela a existência de requisitos necessários à sua formação: competência, capacidade, motivo, publicidade e objeto.

V. Em relação ao ato administrativo é correto afirmar:

- 1. Todos os atos praticados pela Administração incluem-se na categoria de atos administrativos.
- 2. A presunção de legitimidade não constitui atributo do ato administrativo.
- 3. Para formar um ato administrativo são exigíveis dois requisitos: motivo e forma.

- a) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições I e V estão incorretas.



- c) Somente as proposições I, III e V estão incorretas.
- d) Somente as proposições II e III estão incorretas.
- e) Somente as proposições III, IV e V estão incorretas.

GABARITO

93	94	95	96	97	98	99	100
D	C	B	D	C	C	D	Anulada

PROVA DE 2013**DIREITO ADMINISTRATIVO**

93ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - II. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos brasileiros naturalizados, na forma da lei.
 - III. O provimento em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
 - IV. O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- a) Todas as proposições estão incorretas.
 - b) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.
 - c) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
 - d) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
 - e) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.

94ª Questão: Observadas as alternativas abaixo, assinale a INCORRETA:

- a) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão



ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

b) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

c) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. d) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

e) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

95ª Questão: De acordo com as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

I. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

II. São requisitos da aposentadoria voluntária: a) satisfação do tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e b) sessenta e cinco anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.

III. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria

aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: a) portadores de deficiência; b) que exerçam atividades de risco; e c) cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

IV. A lei poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

a) Somente as proposições I e III estão corretas.

b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

d) Somente as proposições II e III estão corretas.

e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

96ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Pode-se definir o ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.

II. São atributos de todo ato administrativo: a) presunção de legitimidade, que diz respeito à conformidade do ato com a lei; a) imperatividade, pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros; e a) autoexecutoriedade, pelo qual o ato



administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública.

III. São elementos do ato administrativo: o sujeito, o objeto, a forma, o motivo e a finalidade.

Relacionada com o motivo, há a teoria dos motivos determinantes, em consonância com a qual a validade do ato se vincula aos motivos indicados como seu fundamento, de tal modo que, se inexistentes ou falsos, implicam a sua nulidade. IV. Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

97ª Questão: Sobre a desapropriação é INCORRETO afirmar:

- a) A desapropriação por descumprimento da função social da propriedade rural é de competência exclusiva da União, ao passo que a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana é de competência exclusiva dos Municípios.
- b) A declaração de utilidade pública transfere o bem para o patrimônio público e incide compulsoriamente sobre o proprietário, sujeitando-o, a partir daí, às operações materiais e aos atos administrativos e judiciais necessários à efetivação da medida.
- c) A declaração expropriatória pode ser feita pelo Poder Executivo, por meio de decreto, ou pelo Legislativo, por meio de lei, cabendo, neste último caso, ao Executivo tomar as medidas necessárias à efetivação da desapropriação, independentemente de autorização legislativa.
- d) A competência para promover a desapropriação é tanto das pessoas jurídicas competentes para editar o ato declaratório, como também das entidades, públicas ou particulares, que ajam por delegação do Poder Público, feita por lei ou contrato.
- e) No curso do processo judicial só podem ser discutidas questões relativas ao preço ou a vício processual, uma vez que, nos termos do art. 20 do Decreto-lei nº 3.365/41, “a contestação só poderá versar sobre o vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta”.

98ª Questão: De acordo com as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

I. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei nº 8.666/93 confere à Administração uma série de prerrogativas, dentre as quais: a) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; b) rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados na citada lei; c) fiscalizar-lhes a execução; d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

II. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos. A nulidade, em nenhuma hipótese, não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados.



III. Os contratos administrativos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários. IV. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e IV estão corretas.

99ª Questão: Sobre o processo licitatório, é correto afirmar:

- a) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- b) É dispensável a licitação nos casos de guerra ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- c) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- d) Quanto à documentação relativa à qualificação técnica, em alguns casos, a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente poderá ser admitida através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
- e) A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes, pela Comissão de licitação e pela assessoria jurídica da Administração.



100ª Questão: Assinale a alternativa correta:

I. O art. 2º da Lei nº 9.784/99 prevê, expressamente, os seguintes princípios aplicáveis ao processo administrativo: legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, publicidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

II. Processo administrativo é toda e qualquer autuação efetivada pela Administração Pública no interesse e segurança da função administrativa. Procedimento é o conjunto de formalidades que devem ser observadas para a prática de certos atos administrativos.

III. Enquanto o processo administrativo disciplinar é o meio formal, solene, de apuração das infrações cometidas pelos servidores e consequente aplicação de pena administrativa, a sindicância é processo sumário de elucidações de irregularidades no serviço público, praticadas por servidores, não servindo, portanto, de base para a aplicação de qualquer pena.

IV. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reconduzido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reintegrado ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

GABARITO

93 E	94 C	95 A	96 D	97 B	98 E	99 C	100 Anulada
------	------	------	------	------	------	------	----------------

PROVA DE 2015

85. Considere as seguintes afirmações:

I. Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

II. É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

III. É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma em (A) I e III, apenas.

(B) III, apenas.



- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

86. Existe certa polêmica entre os juristas quanto à constitucionalidade da “multa civil”, prevista como espécie de sanção cabível por ato de improbidade administrativa, no art. 12 da Lei no 8.429/92.

No entanto, já houve oportunidade de manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, tal como se passou no RE 598588 AgR, assim ementado: “AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MULTA CIVIL. ARTIGO 12, III,

DA LEI no 8.429/92. As sanções civis impostas pelo artigo 12 da Lei no 8.429/92 aos atos de improbidade administrativa estão em sintonia com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Agravos regimentais a que se nega provimento”. Independentemente do entendimento jurisprudencial sobre essa polêmica, são argumentos adequadamente pertinentes a ela:

- (A) A situação de *bis in idem* caracterizada pela simultânea previsão de indisponibilidade dos bens e de multa civil, como sanções por ato de improbidade administrativa.
- (B) A incompatibilidade de sanção civil com ação de improbidade administrativa, dado, justamente, tratar-se de relação jurídica administrativa.
- (C) A não previsão da multa civil dentre as sanções arroladas no dispositivo constitucional que trata da improbidade administrativa.
- (D) A natureza administrativa, e não jurisdicional, da ação de improbidade administrativa.
- (E) A situação de *bis in idem* caracterizada pela simultânea previsão de ressarcimento ao erário e de multa civil, como sanções por ato de improbidade administrativa.

87. A Constituição Federal, no art. 37, § 5o, assim dispõe: "A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento". Em julgamento de 2 de agosto de 2013, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o recurso extraordinário no 669.069, admitiu sua repercussão geral, afirmando: "Apresenta repercussão geral o recurso extraordinário no qual se discute o alcance da imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário prevista no artigo 37, § 5o, da Constituição Federal". Assim decidindo, o Tribunal reconheceu

- (A) não haver imprescritibilidade das ações judiciais que visem a reparar prejuízos ao erário.
- (B) haver a imprescritibilidade apenas das ações de improbidade administrativa que visem ao ressarcimento ao erário.
- (C) haver a imprescritibilidade de quaisquer ações judiciais que visem ao ressarcimento ao erário.
- (D) que a imprescritibilidade das ações judiciais que visem ao ressarcimento ao erário



tem efeitos *erga omnes*, não atingindo apenas os servidores públicos.

(E) haver divergência relevante sobre a interpretação do dispositivo constitucional em questão, quanto ao alcance da imprescritibilidade das ações judiciais que visem a reparar prejuízos ao erário.

88. Pela perspectiva tão somente das definições constantes do direito positivo brasileiro, consideram-se “bens públicos” os pertencentes a

(A) um estado, mas não os pertencentes a um território.

(B) um município, mas não os pertencentes a uma autarquia.

(C) uma sociedade de economia mista, mas não os pertencentes ao distrito federal.

(D) uma fundação pública, mas não os pertencentes a uma autarquia.

(E) uma associação pública, mas não os pertencentes a uma empresa pública.

89. Nos termos da Súmula Vinculante 27, do Supremo Tribunal Federal, “Compete à Justiça estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem oponente”. Está contida no posicionamento do Tribunal a compreensão de que

(A) a agência reguladora posiciona-se juridicamente em relação ao usuário do serviço público como fornecedora do serviço.

(B) a concessionária de serviço público mantém com a agência reguladora uma relação jurídica caracterizada como de consumo.

(C) é facultativa, a critério da agência reguladora, a sua inserção como parte na relação jurídica caracterizada como de consumo, tendo por objeto o serviço público regulado.

(D) serviço público não pode ser considerado objeto de relação de consumo, estando sujeito ao regime exorbitante característico das relações jurídicas de direito administrativo.

(E) há relação jurídica caracterizada como de consumo entre o usuário e a concessionária de serviço público.

90. Existe no direito brasileiro, especialmente no âmbito da doutrina, imprecisão na compreensão conceitual do dito “contrato administrativo”. Com efeito, o direito positivo brasileiro não é expresso ao cuidar da matéria, nem mesmo o faz de modo nacionalmente unificado. Quando muito, encontram-se exemplos de tratamento da noção de contrato, no direito positivo, com o sentido pragmático de fixação de entendimento necessário para a aplicação de determinada Lei. É o que se passa, por exemplo, com a Lei no 8.666/93: “*Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, ...*”. Conhecendo o espírito da Lei no 8.666/93, assim se completa corretamente a definição de contrato apresentada acima:

(A) ... *observados estritamente os tipos contratuais fixados por esta Lei*”.

(B) ... *não sendo admissível contrato celebrado pela Administração e predominantemente regido pelo direito privado*”.

(C) ... *devendo tais contratos, salvo exceções legalmente previstas, ser regidos pelos*



princípios gerais aplicáveis aos contratos privados".

(D) ... *seja qual for a denominação utilizada".*

(E) ... *excluídas as relações jurídicas em que as partes possuam interesses convergentes".*

91. Um consórcio público de direito público poderá expedir declaração de utilidade ou necessidade pública para fim de desapropriação PORQUE a pessoa jurídica em que consiste o consórcio público de

direito público integra a administração indireta dos entes federativos consorciados. Analisando as duas asserções acima, é correto afirmar que

(A) a primeira asserção é uma proposição verdadeira e a segunda asserção é uma proposição falsa.

(B) a primeira asserção é uma proposição falsa e a segunda é uma proposição verdadeira.

(C) as duas asserções são proposições verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

(D) as duas asserções são proposições verdadeiras e a segunda não é uma justificativa correta da primeira.

(E) as duas asserções são proposições falsas.

92. Vigora no Brasil, disciplinando o direito constitucional de acesso à informação, a Lei no 12.527/11. É ideia ESTRANHA ao regime dessa lei a

(A) criação, pelo acesso à informação classificada como sigilosa, da obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

(B) possibilidade de que qualquer interessado possa apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades competentes, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

(C) inclusão, no sentido de acesso à informação, do direito de obter informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

(D) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.

(E) classificação da informação sigilosa, em regra geral, segundo os seguintes critérios: ultrassecreta – 25 anos; secreta – 15 anos; e reservada – 5 anos.

93. Um estado, aplicando a Lei no 11.079/04 (conhecida como lei das parcerias público-privadas), pretende publicar edital de pregão para a celebração de contrato de concessão administrativa, a vigorar por 10 anos, renováveis por igual período, tendo por objeto a execução de obra pública consistente na nova sede administrativa para o governo. Considerando apenas esses elementos do edital, bem como o regime traçado pela referida lei para as concessões administrativas, um procurador do estado emitiu parecer apontando ilegalidade no tocante aos seguintes elementos:

I. aplicação, pelo estado, da Lei no 11.079/04.



II. modalidade de licitação escolhida.

III. prazo do futuro contrato.

IV. objeto do futuro contrato.

Tem razão o procurador no tocante ao que afirmou em

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II, III e IV.

(C) II e IV, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II e III, apenas.

94. Na hipótese de danos causados a terceiros, em decorrência de atentado terrorista que venha a ser praticado contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público,

(A) a União possui apenas responsabilidade civil subsidiária, se comprovada falta do serviço, acionável pelos terceiros no caso de insolvência da companhia aérea.

(B) não há consequência patrimonial para a União.

(C) a União é legalmente autorizada a assumir as consequentes despesas de responsabilidade civil que a empresa aérea teria em relação aos terceiros.

(D) a União possui apenas responsabilidade civil subsidiária, de natureza subjetiva, acionável pelos terceiros no caso de insolvência da companhia aérea.

(E) a União possui apenas responsabilidade civil subsidiária, de natureza objetiva, acionável pelos terceiros no caso de insolvência da companhia aérea.

85 C	86 C	87 E	88 E	89 E	90 D	91 B	92 B
93 C	94 C						